



**FORMULÁRIO PARA RELATÓRIO FINAL**

**1. Identificação do Projeto**

**Título do Projeto PIBIC/PAIC**

As teorias acadêmicas a partir do ponto de vista dos pós-graduandos indígenas da UFAM

**Orientador**

Marcelo Gustavo Aguiar Calegare

**Aluno**

Tatiany Felix de Menezes

**2. Informações de Acesso ao Documento**

**2.1 Este documento é confidencial?**

SIM

NÃO

**2.2 Este trabalho ocasionará registro de patente?**

SIM

NÃO

**2.3 Este trabalho pode ser liberado para reprodução?**

SIM

NÃO

**2. 4. Em caso de liberação parcial, quais dados podem ser liberados?**

**Especifique.**

Podem ser liberados todos os dados

**RESUMO**

A trajetória dos povos indígenas no Brasil é cheia de desvalorização e preconceito. A cultura indígena, tão rica e ao mesmo tempo tão desvalorizada, tem sido alvo de desdenho e conceitos errôneos por parte dos não índios. A luta por uma educação caracterizada dentro do seu conceito social e cultural, levando em conta sua linguagem e saber, já é conhecida no Brasil. A Universidade Federal do Amazonas aderiu às ações afirmativas que estabelecem a educação indígena e prioriza a entrada do índio no curso superior. Muitos indígenas têm ingressado nos programas de pós-graduação e, nesse sentido, este trabalho teve como objetivo principal compreender o ponto de vista dos



UFAM

estudantes indígenas de pós-graduação da UFAM a respeito das teorias acadêmicas do curso de pós-graduação no qual estão matriculados. E como objetivos específicos: identificar o perfil desses estudantes; contextualizar as escolhas acadêmicas deles na universidade; explorar o ponto de vista deles a respeito das teorias acadêmicas aprendidas. Esta foi uma pesquisa quantitativa-qualitativa, com uso de formulário com perguntas abertas e fechadas para o levantamento de dados sociodemográficos e entrevista semiestruturada, gravadas em áudio e transcritas. Os dados foram tabulados e analisados por estatística descritiva e análise de conteúdo. Dos 40 PPGs levantados, apenas 5 tinham estudantes indígenas, 27 possuíam alguma informação sobre estes e 8 nem sequer dispunham dessas informações. Localizaram-se 15 estudantes indígenas, mas apenas 4 puderam ser entrevistados, que estão na faixa etária de 27 a 46 anos, matriculados no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e em Ciências Ambientais, das etnias Tukano, Dessana e Baré. A escolha acadêmica dos alunos indígenas se dá pelo apoio familiar, dos professores de ensino médio e do movimento indígena, assim como estão diretamente ligadas aos cursos de licenciatura. Sobre a opinião deles a respeito das teorias aprendidas, eles relatam que é importantíssimo não só para seu conhecimento pessoal, mas também para a coletividade do grupo, tendo em vista que com esses conhecimentos torna-se possível a luta pelos seus direitos quanto indígenas. Concluímos que há grande deficiência na estrutura acadêmica e há falta de informações sobre a existência desses alunos na UFAM, mostrando assim a invisibilidade dos indígenas dentro do contexto universitário.

**Palavras-chave:** Educação indígena, Ações afirmativas, Lei de cotas, Teorias acadêmicas, Banco de dados, Invisibilidade Indígena

### 3. Introdução

Os povos indígenas em sua trajetória histórica foram objetos de múltiplas imagens e conceituações por parte dos não índios, sendo marcados profundamente por discriminações e com isso alvos de diferentes percepções pejorativas e preconceituosas por conta de suas características, comportamentos e capacidades. Tais concepções datam da chegada dos primeiros colonizadores europeus e que ainda se faz presente nos dias atuais. Essas visões culturais dominantes, daqueles que os próprios indígenas chamam de não índio, marcaram tais populações com um forte sentimento de inferioridade, enfrentando assim um duplo desafio que consiste em lutar pela autoafirmação indetitária e pela conquista de direitos e de cidadania nacional e global (LUCIANO, 2006).

Com os movimentos sociais que reuniu lideranças indígenas, intelectuais e religiosos em 1980, bem como o advento da constituição de 1988, que assegurou os direitos sociais, individuais, a liberdade, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e os valores supremos de uma sociedade sem preconceito, os indígenas passaram a ser



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

concebidos como sujeitos de direitos. Um destes refere-se ao direito a terras coletivas para a sua reprodução física, cultural e espiritual.

Outro direito é o da educação diferenciada, com a inserção tanto no nível básico quanto superior, baseados nos processos de ensino, aprendizagem e produção, reprodução e distribuição de conhecimentos próprios dos indígenas. Tal direito configura-se como uma educação diferenciada, rompendo assim com o modelo de educação que estes recebiam dos missionários Salesianos (TASSINARI; GOBBI, 2008; LUCIANO, 2006).

O direito à educação trouxe consigo algumas estratégias que visavam abarcar as comunidades indígenas como parte da sociedade, de modo que a marginalização que estes povos sofriam fosse cerceada e que estes pudessem gozar de sua própria expressão cultural, sem a necessidade de sentir vergonha de sua própria identidade. Desse modo, Milhomem (2008) afirma que as propostas educacionais para os povos indígenas permitem a participação dos mesmos para a construção estratégias que valorize suas línguas, suas práticas culturais e seus lugares de pertencimento étnico. Nesse sentido, há ênfase na educação bilíngue tendo como base a interculturalidade, para que os jovens inseridos nesse tipo de educação tenham contato com as diversas realidades tanto no contexto nacional quanto regional.

No contexto do Amazonas há algumas políticas afirmativas de educação que consista na inserção de indígenas no ensino superior, sendo umas delas a Lei das Cotas, que segundo Luciano (2012) parte da lei 12.711/2012, que determina que até 2016 as universidades e as Instituições Federais de ensino deverão reservar 50% das vagas para de escolas públicas, com subcotas para estudantes de baixa renda, negros, pardos e indígenas. Há também Cursos de Licenciatura Intercultural Indígena e Licenciatura plena para professoras indígenas do Alto Solimões, ambos programas da Universidade Federal do Amazonas (UEA). Tem havido também a iniciativa de alguns Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) que em seus editais de seleção reservam vagas destinadas por conta da Lei das Cotas.

De modo geral observa-se que os indígenas estão cada vez mais conseguindo seu espaço de direito junto à sociedade, se inserindo não só no ensino superior, mas também nos programas de pós-graduação. Desse modo, a pesquisa visa compreender o ponto de vista desses pós-graduandos indígenas acerca das teorias acadêmicas que estes aprendem e à interação destes com a ciência do ocidental dominante, que vem sendo



**UFAM**

criticada pela postura etnocêntrica e por desconsiderar em tudo aquilo que não pode ser enxergado pelas lentes da racionalidade.

#### **4. Justificativa**

Esse estudo se faz relevante, pois ao observar a inserção de pós-graduandos indígenas nos programas de pós-graduação da UFAM, constatou-se a necessidade de compreender de que forma estes compreendem as teorias que lhes são apresentadas. Desse modo, para os participantes esta pesquisa torna-se importante, pois as informações coletadas possibilitarão a compreensão de como os seus conhecimentos adquiridos através da cultura de sua etnia interagem com os conhecimentos da academia. Isso possibilitará também aos participantes expressarem-se e verificar se consideram, adequada ou não, a forma como os conhecimentos acadêmicos são passados.

De acordo com Estácio (2009), a especificidade da educação escolar indígena se configura como um direito garantido pela legislação do país, sendo que somente os indígenas, detentores dessa especificidade, poderão dizer o modelo educacional escolar adequado aos seus modos de viver, pensar e ser, indicando assim a vontade dos próprios indígenas de serem os responsáveis pelos processos escolares de suas comunidades. Isso possibilitaria que estes se tornem protagonistas na resolução de suas próprias demandas, apropriando-se de sua realidade enquanto sujeitos ativos e emancipados nas suas tomadas de decisão, o que se caracteriza como o fortalecimento não só da comunidade, mas também de sua cultura e de sua etnia (CÂMARA, 2008).

Por fim, a pesquisa será essencial porque poderá dar subsídios para a universidade elaborar estratégias de ensino que possam se adequar às necessidades reais que possam vir a surgir das falas dos participantes, contribuindo assim para a formação não só dos alunos de pós-graduação, mas também os alunos dos níveis básicos e os alunos do nível superior, auxiliando também no preparo dos futuros docentes dos programas de educação escolar indígena.

#### **5. Objetivos**

##### **5.1 Objetivo Geral**

Compreender o ponto de vista de pós-graduandos indígenas da UFAM acerca das teorias acadêmicas que aprendem na universidade



**UFAM**

## **5.2 Objetivos específicos**

- a) identificar o perfil dos estudantes indígenas de pós-graduação da UFAM;
- b) contextualizar as escolhas acadêmicas na universidade;
- c) explorar o ponto de vista a respeito das teorias acadêmicas aprendidas na universidade.

## **6. Referencial Teórico**

### **6.1. Breve panorama da legislação da educação indígena no Brasil**

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre 76 países, o Brasil ocupa a 60ª posição no ranking mundial de qualidade de educação. A atual estrutura de educação fundamentada no Brasil foi estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. ° 9.394/96), que por sua vez está diretamente ligada a Constituição Federal de 1988.

Em 5 de outubro de 1988 foi concluída a constituição que leva o nome do mesmo ano, foram 20 meses de elaboração dos 9 títulos, cada um desses abrigando 245 artigos, dentre estes 3 voltados diretamente para educação indígena. São estes:

Art 210 § 2º: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Art 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

§ 1º: “O estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”.

Art 231: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988).

Em 1991 foi atribuído ao Ministério da Educação, através do Decreto n. 26/1991, a competência para coordenar as ações referentes à Educação Indígena em todos os níveis e modalidades, sendo desenvolvidas pelas Secretarias de Educação dos Estados e Municípios em consonância com as Secretarias Nacionais de Educação do Ministério da Educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) é a que



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

regulariza os níveis de educação no Brasil, dividindo-os em: educação básica, que é formada pela educação infantil, ensino fundamental (são de responsabilidade do município) e ensino médio (é de responsabilidade dos estados, podendo ser normal ou técnico). Educação superior que é de competência da união, educação especial e educação indígena.

Segundo Gobbi e Tassinari (2008), a legislação brasileira prevê a inclusão e reconhecimento dos saberes indígenas como forma de valorização da diversidade cultural, entende também que os indígenas possuem processo de aprendizagem próprio e que as escolas precisam levar em conta para formulação de currículos diferenciados. A educação indígena ganha destaque e amparo nos art. 26 e 78 da LDB:

Art 26: Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura e da economia  
§ 4º o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e européia.

Art 78: O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas (BRASIL, 1996)

A educação indígena ganhou maior especificidade a partir do Decreto n. 6.861/2009, onde foi-lhes outorgado participação na organização da educação escolar, observando a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades (BRASIL, 2015). Também restabelecendo o apoio financeiro do Ministério da Educação e suas orientações atribuídos no Decreto nº 6.094/2007, assim como estabelece e normatiza a formação de professores indígenas.

Para Bergamaschi e Medeiros (2010, p.56), “a educação escolar indígena no Brasil tem uma longa trajetória, tecida desde os primórdios da colonização e cujo modelo predominante, alheio às cosmologias indígenas, foi imposto com o explícito intuito colonizador, integracionista e civilizador”.



UFAM

A educação imposta pela sociedade envolvente fora produzida em outra cultura, contexto histórico e social, que muitas vezes rebaixam os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, classificando-os como senso comum e misticismos. Em tais pontos de vista, apresentam-se modos de vida de tais indivíduos, enredando a organização social e a relação com o mundo a sua volta, sem levar em consideração o ponto de vista endógeno (CALEGARE, 2012).

No entanto, Estácio (2009) pontua que atualmente a especificidade da educação escolar indígena se configura como um direito garantido pela legislação do país, sendo que somente os indígenas, detentores dessa especificidade, poderão dizer o modelo educacional escolar adequado aos seus modos de viver, pensar e ser. Além disso, há vontade deles mesmos se tornarem responsáveis pelos processos escolares de suas comunidades. Isso possibilitaria que estes se tornem protagonistas na resolução de suas próprias demandas, apropriando-se de sua realidade enquanto sujeitos ativos e emancipados nas suas tomadas de decisão, o que se caracteriza como o fortalecimento não só da comunidade, mas também de sua cultura e de sua etnia (CÂMARA, 2008).

## **6.2 Ações afirmativas: Cotas**

Ações afirmativas é uma expressão que vem da língua inglesa “*Affirmative Action*”, de onde, segundo a maioria das literaturas, partiu o conceito. Outra expressão também usada é “discriminação positiva”, que em um contexto geral designa discriminar, distinguir, diferenciar de forma positiva, com o intuito de opor-se a ideia de discriminação odiosa.

O termo *affirmative action* foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, durante a década de 1960, inicialmente para beneficiar minorias raciais em situação de desvantagem. Posteriormente, tais ações foram sendo utilizadas no combate à discriminação em geral. A mais conhecida das ações afirmativas são as chamadas “cotas”, sendo chamada de “chave mestra das ações afirmativas” (AZEVEDO, 2004).

Para Lensue (2009, p.118) ações afirmativas se trata de “um princípio que institui desigualdades para promover igualdade”, através da atribuição de tratamento preferencial a alguns com o intuito de restabelecer a igualdade de oportunidades. Segundo Piovesan (2004, p.266), as ações positivas são “medidas especiais de proteção ou incentivo a





# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

grupos ou indivíduos, com vistas a promover sua ascensão na sociedade até um nível de equiparação com os demais”.

As ações afirmativas são, por sua natureza, polêmicas. Todo conjunto de regras que, para atingir seu objetivo, precisa atingir interesses de um determinado grupo, é necessariamente criticado e tido como injusto por muitos, mesmo que não o seja. Portanto, é necessário que, ao se estudar e analisar as ações afirmativas, haja a cautela de praxe dos assuntos polêmicos. A necessidade da exposição do estudo das ações afirmativas foi muito bem exposta por Trindade (2011, p. 143):

Outrossim, como dito, a sua exposição se justifica, precipuamente, em virtude das inúmeras divergências que hoje brotam quando se discute o fomento da chamada discriminação positiva, seja por parte daqueles que apoiam a sua utilização, seja por parte daqueles que repudiam de toda e qualquer forma a inclusão social por intermédio das medidas afirmativas.

As cotas são ações afirmativas que proporcionam a reserva de vagas aos alunos de escola pública, dentre esses alunos negros, pardos ou indígenas, assim como os de baixa renda e deficientes. As cotas se dividem em duas modalidades, sendo cotas sociais e cotas raciais.

No Brasil, as políticas de ações afirmativas ganharam maior visibilidade em 2003, quando a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), designou 40% de suas vagas no vestibular a estudantes negros. E a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira instituição de ensino superior federal a adotar um sistema de cotas raciais para ingresso através do vestibular, a partir do segundo semestre de 2004 (MAIO; SANTOS, 2005).

As cotas baseiam-se no raciocínio de que é necessário, objetivamente, corrigir as discrepâncias da presença das raças no ensino superior brasileiro. Nesse sentido, Castro (2009, p.275) afirma que “o acesso à educação formal era limitado e a população com menos recursos estava praticamente excluída do sistema”.

Atualmente, as cotas são estabelecidas pela Lei nº 12.711/2012, que estabelece:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a





# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

As cotas são de suma importância para a sociedade atual porque, independentemente da visão individual ou de determinados grupos em relação à referida política, o problema em si é incontestável. Não se pode confundir as polêmicas acerca da efetividade ou legitimidade das referidas ações com uma discussão sobre a existência, ou não, de uma terrível discrepância entre a presença das raças no ensino superior. Portanto, o estudo e a análise devem ser perpetuamente feitos e acompanhados, sempre com o devido senso crítico, mas nunca se deve negligenciar a desigualdade existente.

### 6.3 Bolsa Permanência

Conforme o site do Ministério da Educação e Cultura (MEC), no ano de 2013 foi lançada a portaria Nº 389/13, com o nome de Bolsa Permanência visando contribuir para permanência e diplomação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (BRASIL, 2013). O valor da bolsa é de 400,00 (quatrocentos reais), valor este estabelecido pelo Ministério da Educação. Já estudantes indígenas e quilombolas recebem um valor diferenciado, sendo este o dobro do valor da bolsa. Ainda no site do Ministério da Educação, além das características da bolsa, encontram-se as regras de aquisição e obrigatoriedades das IFES em relação à bolsa permanência:

Toda instituição deve manter no sistema de gestão do programa a relação de todos os alunos que cumprem os requisitos mínimos para fazerem jus ao recebimento da Bolsa Permanência. Mensalmente, a relação dos alunos beneficiários será encaminhada pela IFES ao Ministério da Educação – MEC, que homologará os nomes e os repassará para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE providenciar os pagamentos, diretamente aos estudantes beneficiários.

Melchior et al. (2009) afirmam que as conquistas de âmbito legal, alcançadas até hoje em relação à educação indígena, estão ligadas diretamente a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/96. Tais conquistas possibilitaram não apenas amparo legal, mas também reconhecimento da importância cultural dos povos indígenas, lhes assegurando o uso das línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.



UFAM

#### **6.4 Ações afirmativas da UFAM**

No estatuto da UFAM consta que sua finalidade, descrita no Art. 4º, em que se destacam os parágrafos I e IV, como o cultivo do saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado, cumprindo-lhe, para tanto:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento reflexivo, sem discriminação de qualquer natureza;
- IV. Manter, a partir da preocupação com a realidade amazônica, compromisso com os povos indígenas, reconhecendo a dívida histórica da sociedade brasileira e construindo possibilidades concretas para sua inserção plena na vida universitária e no exercício da cidadania;

Seguindo essa diretriz, o Departamento de Políticas Afirmativas da UFAM (2014) aponta que sua política de ações afirmativas é constituída por ações e estratégias que abrangem desde a preparação para o acesso à universidade, com ofertas de cursos pré-acadêmicos, até o acesso com cotas e o acompanhamento a permanência do aluno nas ações afirmativas no seu percurso formativo. Nos cursos de graduação é aplicado o que determina a Lei 12.711/2012:

25% das vagas, por curso e turno na graduação seja para atendimento às determinações da Lei n. 12.711/2012, do Decreto Presidencial n. 7.824/2012 e da Portaria Normativa n. 18/2012 de ensino, assim como seu pertencimento étnico, nos termos da lei. (UFAM, 2014)

Já nos programas de pós-graduação são reservadas 5% de vagas para candidatos indígenas e 5% para candidatos negros que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em instituições públicas de ensino. No documento Política de ações afirmativas da universidade Federal do Amazonas, o Grupo de Trabalho Ações Afirmativas da UFAM, cita as diretrizes que orientam tais políticas na universidade:

Promover cursos específicos e diferenciados de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento em atendimento às demandas coletivas e prioritárias das comunidades e dos povos indígenas, dos quilombolas, dos afrodescendentes e comunidades tradicionais.  
Inclusão da temática indígena, quilombola, afrodescendente e comunidades tradicionais nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados pela UFAM, com base nas recomendações da Lei 11.645/2008.

Além disso, estas apontam a contribuição para melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, a sensibilização da comunidade acadêmica da UFAM para reflexão e



debate do tema das ações afirmativas, o estímulo e promoção da valorização das culturas indígenas e a diretriz com maior impacto sobre este trabalho.

## **7. Metodologia**

Esta pesquisa se caracteriza como quali-quantitativa de caráter descritivo-exploratório. A pesquisa exploratória possibilita maior familiaridade com o problema, podendo torná-lo mais explícito ou a construção de hipóteses. E descritiva por permitir que o pesquisador apresente explane a respeito do fenômeno investigado (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

### **7.1. Participantes**

Os participantes da pesquisa foram alunos indígenas que se encontram devidamente matriculados nos PPGs da UFAM (amostra intencional, não probabilística). Conforme informarei nos resultados, a UFAM conta com 40 PPGs, desses apenas 5 tinham alunos indígenas. Ao todo 15 alunos foram encontrados e desses apenas 4 participaram da pesquisa. Na tabela 1 podemos observar que a maioria dos alunos participantes é do PPG- Antropologia Social, a faixa etária é de 27 a 46 anos, das etnias Tukano, Dessana e Baré.

Tabela 1 – perfil dos alunos indígenas entrevistados dos PPGs da UFAM

<b>Alunos</b>	<b>Local de origem</b>	<b>Etnia</b>	<b>Idade</b>	<b>Qualificação</b>	<b>PPG</b>
José	Alto Rio Negro	Tukano	44	Doutorado	Antropologia Social
Gil	Distrito Iauareté	Tukano	46	Doutorado	Antropologia Social
Mário	Cucura Igarapé no rio Tiquie	Dessana	40	Mestrado	Antropologia Social
Pedro	Barcelos	Baré	27	Mestrado	Ciências Ambientais

Como critério de inclusão, foram observados como critérios de amostragem aqueles participantes que estão matriculados como alunos regulares em PPGs *stricto sensu* na UFAM e possuem identidade autodeterminada de indígena. Como critério de exclusão foram desconsiderados os estudantes não indígenas, ou indígenas que não estão como alunos regulares nos PPGs.



## **7.2. Procedimentos Éticos**

Por se tratar de pesquisa com seres humanos, mais especificamente com indígenas, foi necessário a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas - Cep/Ufam, o Número do Parecer é 1.383.782.

Por entender a importância que esse estudo assume para o direcionamento e desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o acesso, permanência e conclusão com sucesso de estudantes indígenas da pós-graduação, a Magnífica Reitora da Universidade Federal do Amazonas, Márcia Perales Mendes Silva, emitiu carta de anuência sobre o projeto.

Após a obtenção da aprovação do comitê de ética, foi dado início o levantamento da existência/quantidade de alunos indígenas junto aos programas de pós-graduação (PPGs) da UFAM. Feito o levantamento dos participantes, mediante autorização destes a partir da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram realizadas as entrevistas.

## **7.3 Procedimento de coleta dos dados e análise**

A coleta de dados foi realizada entre os meses de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016. Foram feitas tentativas de contato via telefone, e-mail e visitas as PPGs. A partir das respostas das secretarias, obteve-se a quantidade de alunos indígenas, assim como seus contatos, telefone e e-mail.

Os alunos foram contatados, apresentados à pesquisa e convidados a participar. Após a confirmação do interesse do aluno, foi marcado local e horário para os encontros. Os encontros se passaram no Museu da Amazônia – MUSA, localizado no centro da cidade, no Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena – NEAI, localizado na UFAM, assim como no condomínio Business Center, localizado no bairro Adrianópolis.

Foram utilizados formulários com perguntas abertas e fechadas para o levantamento de dados sociodemográficos (local de origem, etnia, idade, gênero, renda, tempo de moradia, condição de moradia, etc.) e escolhas dos participantes na universidade, assim como entrevista semiestruturada, para compreensão do ponto de vista destes a respeito das teorias aprendidas. As entrevistas foram gravadas em áudio, depois transcritas para análise.



UFAM

Os dados qualitativos foram analisados por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011), que por sua vez possibilita criar-se categorias que nomeiam os conteúdos latentes na fala dos participantes. Tal análise compreende as seguintes etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Durante a pré-análise foram destacados trechos da transcrição que serviram como material de análise e de categorização, descritos nos resultados da pesquisa.

Os objetivos apontados no estudo nortearam a exploração do material e auxiliaram na formulação de inferências e nas interpretações das narrativas dos participantes da pesquisa. A categorização consistiu na definição de aspectos percebidos como consensuais no discurso dos representantes dos grupos e que se vincularam aos objetivos da pesquisa. Foram feitas 14 perguntas aos participantes e suas respostas foram analisadas levando em conta seus discursos e ideias, possibilitando a localização de palavras chaves. Essas palavras foram categorizadas para comparação dos discursos de cada aluno.

#### **7.4. Dificuldades**

O levantamento dos alunos indígenas de pós-graduação durou aproximadamente 2 meses, não porque existissem muitos PPGs, mas pela carência de informação sobre estes alunos. Uma quantidade significativa das secretarias não tem dado algum sobre a etnia de seus alunos, tornando impossível o conhecimento da existência de alunos declarados indígenas no programa.

Existe a dificuldade de fazer esse levantamento para algumas secretarias, visto a demora nas respostas ao levantamento. Algumas foram contatadas e só responderam semanas depois.

Um outro apontamento são os extremos de facilidade e dificuldade excessiva de obter dados de um aluno. Enquanto a secretaria do Programa de Pós-Graduação em Agronomia Tropical não pediu documento algum que comprovasse a pesquisa e compartilhou as informações (nome, telefone e e-mail) do alunos, o programa de Pós-Graduação em Odontologia exigiu o aval do orientador da pesquisa, documento de identificação do pesquisador, cópia do projeto de PIBIC. E mesmo sendo tudo entregue, a resposta negativa sobre a existência de alunos indígenas no programa demorou duas semanas, período esse de muitos e-mails pedindo o levantamento. Existiu ainda, aquelas



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

secretarias que mesmo depois de todos os documentos requeridos serem devidamente enviados, não liberaram resposta alguma.

Ao entrar em contato com a Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPESP, todo auxílio foi concedido: uma lista contendo todos os PPGs, telefone de contato e e-mail. A grande dificuldade foi entrar em contato com essas secretarias, tendo em vista que em sua grande maioria os telefones de contato não funcionavam e muitos e-mails estavam desatualizados.

O próximo passo foi entrar em contato fisicamente com essas secretarias e logo outro apontamento interessante sobre essa dificuldade: muitas das secretarias, como a do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia, fazem uso de estagiários, funcionando só em um horário do dia (manhã das 8h às 12h ou tarde de 13h as 17h), tornando dificultoso saber o horário certo de funcionamento, causando desencontros e várias idas a mesma secretaria durante a semana.

A entrar em contato com o Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, a secretaria recomendou o contato com a coordenadora adjunta. O contato foi feito e foi informado a existência de 1 aluno indígena, mas que esse não havia se autodeclarado indígena, e foi recomendado uma visita pessoalmente a secretaria e procurasse a existência desses alunos nos arquivos da mesma. Não foi possível fazer o levantamento desse PPG em vista da falta de quem pudesse fazer o atendimento e auxiliar nas buscas desses arquivos. Foram feitas duas tentativas em dias diferentes e nas duas ocasiões a secretaria estava fechada.

É perceptível a falta de interesse em manter um banco de dados dos alunos indígenas nas secretarias dos PPGs. Uma das justificativas apontadas pelos coordenadores e atendentes desses programas é que durante as inscrições de matrícula, não é solicitado ao aluno a discriminação de sua raça ou etnia.

Carvalho (2003) faz uma reflexão que se encaixa nesse contexto, afirmando que a falta de dados sistemáticos sobre a composição racial da nossa classe de docentes e pesquisadores é algo que deve tornar-se matéria de reflexão no momento presente. E complementa questionando:

Como podem nossos pesquisadores teorizar sobre as relações raciais na sociedade brasileira se desconhecem e se recusam a analisar as relações raciais das quais eles fazem parte e que eles mesmos ajudam a reproduzir? (Carvalho, 2003, p.308)



A única secretaria que mantém banco de dados dos alunos indígenas é o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Lá foram encontrados a maioria dos alunos do levantamento.

Outra dificuldade foi a aceitação dos alunos em participar do projeto. Dos 15 alunos Indígenas, 5 não moram em Manaus, 3 não retornaram o contato, 2 alunos declararam não ter interesse em participar alegando falta de tempo, e 5 concordaram em fazer parte da pesquisa. Destes, 1 foi excluído da pesquisa por não mais fazer parte do corpo discente da UFAM. Quanto aos 4 alunos restantes, 3 foram entrevistados pessoalmente e 1 respondeu as questões via e-mail.

Todos os alunos que declararam não querer participar da pesquisa alegaram falta de tempo: 2 desses alunos trabalhavam e alegaram não ter tempo para o encontro; outro esclareceu que sua falta de tempo estava ligada a elaboração de sua defesa de mestrado. Aos alunos que estão morando em outras cidades, foi-lhes dada a opção de responder as questões por e-mail, mas não houve resposta.

## **8. Resultados e Discussão**

### **8.1. PPGs da UFAM com estudantes indígenas**

Foram contatadas 40 secretarias de Programas de Pós-Graduação da UFAM, nesses PPGs, foram encontrados: 1 aluno autodeclarado indígena no Programa de Pós-Graduação em Agronomia Tropical, 10 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1 no Programa de pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, 2 no Programa de Pós-Graduação em História e 1 Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, contabilizando 15 alunos indígenas. Na Tabela 2 está descrito o levantamento junto aos PPG, com uma descrição do contato feito com as secretarias e dos alunos indígenas.

Os alunos entrevistados são em sua maioria participantes do PPG- Antropologia Social somando 3 alunos e apenas 1 do PPG - Ciências Ambientais, a faixa etária é de 27 a 46 anos, das etnias Tukano, Dessana e Baré, são Mestrandos e doutorandos desses PPGs. Todos os alunos são oriundos do estado do Amazonas, sendo dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e do Alto Rio Negro. Todos alunos com matrículas ativas na UFAM.





# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

TABELA 2- Levantamento junto aos PPGs.

PPGs		Nº de alunos indígenas	Observações
1	Programa de Pós-Graduação em Agronomia Tropical	1	O aluno não concordou em participar.
2	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social	10	Todos os alunos foram contatados via telefone ou email, 3 alunos aceitaram participar.
3	Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia - Rede BIONORTE	-	Não existem dados sobre a Etnia/raça dos alunos.
4	Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia	-	Não existem dados sobre a Etnia/raça dos alunos.
5	Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal	?	Não conseguimos entrar em contato com a secretaria do PPG.
6	Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais	0	Não há alunos indígenas.
7	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação	0	Não há alunos indígenas.
8	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde	0	Não há alunos indígenas.
9	Programa de pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia	1	1 aluno aceitou participar da entrevista.
10	Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas	0	Não há alunos indígenas.
11	Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais	0	Não há alunos indígenas.
12	Programa de Pós-Graduação em Ciências Pesqueiras	0	Não há alunos indígenas.
13	Programa de Pós-Graduação em Cirurgia	0	Não há alunos indígenas.
14	Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria	0	Não há alunos indígenas.
15	Programa de Pós-Graduação em Diversidade Biológica	-	Não existem dados sobre a Etnia/raça dos alunos.



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

PPGs		Nº de alunos indígenas	Observações
16	Programa de Pós-Graduação em Educação	-	Não existem dados sobre a Etnia/raça dos alunos.
17	Programa de Pós-Graduação em Enfermagem – UEPA/UFAM	0	Não há alunos indígenas.
18	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil	0	Não há alunos indígenas.
19	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção	0	Não há alunos indígenas.
20	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica	0	Não há alunos indígenas.
21	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências em Matemática	0	Não há alunos indígenas.
22	Programa de Pós-Graduação em Física	0	Não há alunos indígenas.
23	Programa de Pós-Graduação em Geociências	0	Não há alunos indígenas.
24	Programa de Pós-graduação em Geografia	0	Não há alunos indígenas.
25	Programa de Pós-Graduação em História	2	Não moram em Manaus, foram enviados e-mails para os alunos, mas não houve resposta.
26	Programa de Pós-Graduação em Imunologia Básica e Aplicada	0	Não há alunos indígenas.
27	Programa de Pós-Graduação em Informática	0	Não há alunos indígenas.
28	Programa de Pós-Graduação em Inovação Farmacêutica	0	Não há alunos indígenas.
29	Programa de Pós-Graduação em Letras	-	Não existem dados sobre a Etnia/raça dos alunos.
30	Programa de Pós-Graduação em Matemática	0	Não há alunos indígenas.
31	Programa Profissional de Matemática – PROFMAT	0	Não há alunos indígenas.



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

PPGs		Nº de alunos indígenas	Observações
32	Programa de Pós-graduação em Matemática UFPA/UFAM (Doutorado)	0	Não há alunos indígenas.
33	Programa de Pós-Graduação em Odontologia	0	Não há alunos indígenas.
34	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	0	Não há alunos indígenas.
35	Programa de Pós-Graduação em Química	0	Não há alunos indígenas.
36	Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia	0	Não há alunos indígenas.
37	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	0	Não há alunos indígenas.
38	Programa de Pós-graduação em Sociologia	?	A secretaria não respondeu as informações solicitadas.
39	Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia	1	Entrei em contato com a secretaria do PPG, foi-me recomendado entrar em contato com a coordenadora adjunta, a coordenadora me informou a existência de 1 doutorando indígena e pontou a dificuldade de obter os dados étnicos, pois esses não são solicitados no momento da matrícula junto a PPG e me orientou a ir a secretária e tentar fazer o levantamento por conta própria. Não foi possível fazer o levantamento.
40	Programa de Pós-Graduação em Zoologia	0	Não há alunos indígenas.

Fonte: Autoria própria

## 8.2. Contextualizando as escolhas acadêmicas

### 8.2.1. Escolha por cursar o ensino superior

Quanto ao o que levou o aluno a cursar o ensino superior, as categorias encontradas no discurso foram:



UFAM

**a) Incentivo.** Diz respeito ao estímulo que receberam dos familiares, professores e movimento indígena.

Incentivo do movimento indígena e da minha família (JOSÉ).  
Inicialmente a graduação foi motivação pelos professores mesmo né? Que me conheciam a mais tempo na escola (PEDRO).

**b) Luta.** Referindo-se a luta do movimento indígena pelos seus direitos.

Porque o movimento indígena, hoje, precisa de profissionais qualificados para atuar na parte técnica, além da luta (JOSÉ).

**c) Fortalecimento da cultura.** Trata da abertura que o curso lhe proporcionou para resgatar aspectos da própria cultura, assim como o seu o seu fortalecimento.

Fiz a pedagogia intercultural, aí eu descobri essa área de pedagogia intercultural onde posso fortalecer a cultura de resgate indígena, da língua e literatura, conto e valores culturais em geral (MÁRIO).

**d) Seguir carreira.** Refere-se à procura de uma profissão e realização profissional.

Por causa do emprego, e ampliar o conhecimento científico e que na atualidade requer no mínimo a graduação para concorrer uma vaga no setor público (GIL).

O incentivo familiar e dos professores de ensino médio, assim como o incentivo do movimento indígena foram os mais citados acerca da motivação desses estudantes de cursarem o ensino superior. O incentivo para esses alunos ingressarem no ensino superior caracteriza-se pela necessidade de conhecimento e melhoria de vida, levantando a hipótese que o crescimento dos números de escolas indígenas nas aldeias e a maior demanda de alunos indígenas nas escolas públicas do país, mesmo sendo esse ainda mínimo, elege como próximo passo para a melhoria de vida e aquisição de novos conhecimentos o ensino superior.

Segundo Bergamaschi (20013), observa-se no crescimento da entrada de alunos indígenas nas universidades o impacto das ações governamentais e dos movimentos dos povos originários. Esses povos encontraram no ensino superior um espaço de afirmação e fizeram do conhecimento e formação em outra cultura, fortes aliadas na luta.

### **8.2.2. Motivação para escolha do curso em específico**

Sobre a motivação da escolha do curso superior as categorias de respostas foram:

**a) Organização de pensamento,** referindo-se a obter conhecimento de outra cultura, descobrir como o homem branco pensa e comparar aos seus pensamentos.



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Eu escolhi filosofia pelo fato de que da filosofia possibilita organizar o pensamento (JOSÉ).

**b) Luta pelos direitos**, diz respeito a possibilidade obtenção de conhecimento que pode vim a auxiliar a capacidade de lutar pelos direitos.

Por ter essa facilidade de organizar o pensamento, você é capaz de lutar pelos direitos (MÁRIO).

**c) Interesse na profissão**, diz respeito ao interesse de se inserir no mercado de trabalho.

Já tinha uma leve tendência a ver a profissão de professor por outros olhos, porque eu achava interessante é claro, uma profissão assim... que era necessária e também focado no mercado de trabalho (PEDRO).

**d) Interesse financeiro**, refere-se ao ganho e estabilidade de recursos financeiros.

Eu fui muito mais por uma questão pessoal mesmo, mas também visando um futuro assim... financeiro (PEDRO).

**e) Fortalecimento da cultura de resgate indígena**, diz respeito a motivação focada no fortalecimento da própria cultura, a partir do resgate da língua, literatura, contos e valores.

Pedagogia intercultural onde posso fortalecer a cultura de resgate indígena, da língua e literatura, conto e os valores culturais em geral (JOSÉ).  
Este curso estava voltado para o investimento do Magistério Indígena no âmbito Estadual (GIL).

Os cursos onde a grande maioria de alunos indígenas encontra-se são os cursos das áreas de humanas. Os alunos entrevistados, em sua totalidade tiveram sua formação acadêmica em licenciaturas.

A carência de professores indígenas, com habilidade na linguagem é o que mais custa aos alunos indígenas de ensino fundamental e médio obter conhecimento com o uso de outra língua que não a sua. E a base em outro conhecimento que não o seu é uma das grandes barreiras para esses alunos, que em um ciclo de falta de estrutura acaba sendo prejudicado. Alguns indígenas optam por cursos de licenciatura para poder dar aula para outros alunos indígenas, tentando dessa forma quebrar o ciclo.

O conhecimento obtido caracterizou uma mudança de pensamento, a descoberta dos direitos indígenas, esse conhecimento também trouxe voz ativa para a luta por esses direitos. Essa porta aberta que o conhecimento trouxe pode ser observada na próxima questão.



UFAM

### **8.2.3. Motivação para cursar um PPG**

Questionados sobre o motivo da escolha de fazer pós-graduação as categorias encontradas foram:

**a) Interesse do movimento indígena.** Refere-se a escolha da pós-graduação por conta das agendas de interesse do movimento indígena.

Pelo interesse do movimento indígena, que... a política afirmativa, a política de cotas só existe porque há uma reivindicação do movimento indígena, então, como eu tô no movimento indígena e lutando pra isso, eu vi uma oportunidade (JOSÉ).

**b) Carreira profissional.** Trata-se do sonho de ter uma profissão, de reconhecido como mestre / doutor.

Um dos motivos pra eu fazer mestrado foi ser professor mas não da educação básica mas sim do ensino superior, independente da instituição (MÁRIO).

**c) Obtenção de conhecimento.** Trata-se da vontade ter, além do seu próprio saber, ter também conhecimento de outros saberes, de outras ciências, com intenção.

Pra ter mais conhecimento... aí o que então eu queria fazer, trazer... discutir dentro da antropologia conhecimento indígena com saberes científicos, com a ciência, o quê que os indígenas pensam. (PEDRO)

**d) Educação indígena.** Sobre a necessidade de professores.

Há carência de professores indígenas com pós-graduação, resolvi encara este desafio (GIL).

As necessidades dos povos originários em relação a educação, são levadas em consideração nas escolhas dos alunos. A falta de professores qualificados, conhecedores da linguagem e cultura, é uma problemática conhecida pelos indígenas e que tem peso na sua escolha de curso.

No Brasil existem programas que apoiam a formação de professores para atuarem em escolas indígenas, mas a procura ainda é muito pequena em comparação à demanda de aldeias e alunos indígenas. Segundo o portal do MEC, o PROLIND é um programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica, que estimula o desenvolvimento de projetos de curso na área das Licenciaturas Interculturais em instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. O objetivo é formar professores para a docência no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental das comunidades indígenas.



Com o passar dos anos, os movimentos indígenas cresceram em todo país. A união de muitos desses povos trouxe estratégias diferentes, o egresso nas universidades é uma dessas estratégias. Obter conhecimento, entender o ponto de vista do não indígena, traz ao indígena a possibilidade de conhecer seus direitos e saber como lutar por eles. Como afirma um dos entrevistados: “eu percebi que teria uma grande possibilidade de ajudar, eu entender a minha cultura e ajudar o próprio movimento indígena para a luta, demarcação de terra, educação diferenciada, saúde diferenciada, relação de renda, então ela te permite ter todas essas questões” (JOSÉ).

Doebber e Brito (2014) afirmam que não apenas a necessidade de formação de professores indígenas aumentou a demanda de alunos indígenas no ensino superior, mas também a necessidade de formação de quadros para realizar interlocução com a sociedade. Também aumentou a importância de ter indígenas com conhecimento da cultura e leis dos brancos para ocupar cargos que hoje são ocupados por não indígenas na condução de políticas governamentais.

#### **8.3.4. Escolha do PPG em específico**

As categorias encontradas na questão sobre qual pós-graduação escolheu fazer e o motivo de sua escolha, também remete as categorias das perguntas anteriores:

**a) Lidar com culturas.** Fala sobre a diferença de ideias e pensamentos entre a cultura indígena e não indígena.

A antropologia nos permite pensar sobre nossos conhecimentos. Ela lida com o estudo das culturas, que nos permite refletir sobre nossa própria sociedade (JOSÉ).

A antropologia sempre defendeu as culturas, a partir das pesquisas dos etnógrafos e dos etnólogos (GIL).

**b) Ajuda ao movimento indígena.** Trata sobre escolher um curso que lhe permite pensar e refletir, possibilitando ajudar o movimento indígena.

Eu percebi que teria uma grande possibilidade de ajudar, eu entender a minha cultura e ajudar o próprio movimento indígena pra luta, demarcação de terra, educação diferenciada, saúde diferenciada, relação de renda, então ela te permite ter todas essas questões (MÁRIO).

**c) Ampliar conhecimento.** Com a finalidade de obter um diploma, de ser um mestre/doutor em uma área de conhecimento e assim ampliar seu repertório de conhecimento.

Cursar pós-graduação é uma opção de um acadêmico que busca ampliar o conhecimento (GIL).





UFAM

O grande porquê da escolha do curso de pós-graduação tem a ver com a comunidade, com a integração indígena. Encontra-se nos discursos a tentativa de compreensão de novas ideias (ideias dos brancos) para a comparação com as suas próprias ideias, visando a compreensão mútua, a busca por ampliar os conhecimentos, assim como a ajuda no movimento indígena. Com a aprendizagem e embasamento científico, adquirindo novos saberes que abrem portas para uma visão política e de seus direitos, lhes dando “uma posição” e uma voz.

A maioria dos alunos entrevistados é do Programa de Pós-Graduação em Antropologia. E um dos alunos defende que “o único que se preocupa na questão de discussão no momento é antropologia, no nível superior, ele que discute mais, que preocupa, que valoriza, que acredita as cosmologias, acredita nos saberes indígenas, acredita nos conhecimentos tradicionais” (MÁRIO). Fatos como o Programa de Pós-Graduação em Antropologia não apenas se abrir às discussões das ideologias indígenas, de suas crenças e cultura, mas também incentivar o uso da sua própria língua nos projetos e estudos, foi uma fala unanime nos discursos dos alunos.

Deve-se levar em consideração que durante o levantamento dos alunos indígenas 15 foram encontrados, desses 10 são do PPGAS. Esse tema é bem exposto por Gersem Baniwa (2015), que trabalha com a ideia de que o indígena antropólogo, por ser membro de uma coletividade particular, tem como tarefa profissional ou intelectual, apoiar e reforçar as lutas de suas comunidades, afirma ainda que:

A antropologia me permitiu conhecer um pouco do que os brancos pensam sobre os índios e como os índios se relacionam com esse modo de pensar dos brancos sobre eles. Isso tem permitido buscar caminhos para melhorar a compreensão das diferentes racionalidades e modos de vida, sem a qual não pode haver o propagado diálogo intercultural (BANIWA, 2015, p.235).

### **8.2.5. Dificuldades encontradas no acesso ao PPG**

Sobre as dificuldades encontradas ao acesso nos PPGs, as categorias são:

**a) Dificuldade na prova e proficiência de língua estrangeira.** A partir do momento que o aluno indígena, na maioria esmagadora das vezes não tem acesso ao estudo de outras línguas, como o inglês por exemplo.

Muitas provas que a gente faz, inclusive proficiência de língua estrangeira. Que é obrigatória pra graduação, é uma dificuldade pra nós, porque não temos acesso a essa... esses estudos das línguas estrangeiras (JOSÉ).



UFAM

**b) Dificuldade em desenvolver a capacidade dentro da lógica indígena.** Onde existe um contexto cultural e de valores diferentes dos que o aluno precisa compreender para a elaboração do projeto.

O conhecimento indígena é difícil a gente criar uma ciência (MÁRIO).

**c) Dificuldade de desenvolver uma lógica indígena baseada nos saberes do homem branco.** Como criar ciência daquilo que a própria ciência não reconhece? O choque causado pelo confronto com novas ideologias, que muitas vezes descredibilizam a suas próprias.

Quando tu começa a confrontar com tuas ideias, com teu jeito de ser, de pensamento como indígena, o outro pensamento causa um choque de pensamentos e conflitos (JOSÉ).

**d) Dificuldades pessoais de leitura.** A partir do ponto que alguns alunos tinham feito graduação em área diferenciada, voltada para a licenciatura e sua pós-graduação estava voltada para a pesquisa, encontrou dificuldade em atualizar leitura com a nova proposta.

A minha literatura é voltada para a educação, já no CCA o foco é mais as ciências ambientais... que eu não tinha tanta leitura assim, então a minha dificuldade é que percebi o meu despreparo quanto as leituras (PEDRO).

**e) Dificuldade na elaboração, apresentação e discussão da proposta do projeto.** Em vista que a lógica indígena não é considerada válida cientificamente e os textos científicos contendo análises e logicas diferentes das indígenas, dificultando uma elaboração contextual.

Eu tinha dificuldade quando comecei a fazer, elaborar os projetos, eu tenho conhecimento, mas colocar no papel ficou um pouco difícil (PEDRO).

Por isso que ficou difícil porque a antropologia trabalha mais na questão científica, com os pesquisadores (MÁRIO).

O saber indígena, por não ter passado por junta científica, não ter comprovação ou embasamento na ciência do homem branco, muitas vezes é ignorado e até mistificado. Muitas coisas cooperam para essa não “aceitação” da ideologia e saber indígena, desde a tradução errada da língua, ao preconceito contra esses povos.

Carvalho e Flórez (2014) afirmam que enquanto os agentes de conhecimento proliferam, os padrões científicos esgotam-se, e uma das razões para esse esgotamento é a estrutura disciplinar fechada que tomam ciência, abraçando um número limitado de teorias e rejeitar outros, porque esses pertencem a diferentes cânones disciplinares.



UFAM

A prova de proficiência de língua estrangeira por não se limitar a língua portuguesa, no caso das provas para indígenas, eleva a dificuldade do indígena, que além de ter que aprender o português é obrigado a saber outro idioma.

### **8.2.6. Opinião sobre entrada de alunos indígenas em PPGs**

A respeito da entrada de indígenas nos PPGs a avaliação foi positiva por todos os participantes, as Categorias mais frequentes foram:

**a) Validar conhecimento indígena.** Onde não apenas pretende obter novos conhecimentos, mas também expor os seus.

O que eu vejo ali é uma porta por onde os indígenas, acadêmicos indígenas começa a ocupar. Levando outro olhar de conhecimento para a universidade e mesmo tempo favorecer esses conhecimentos indígena dentro desse contexto (JOSÉ).

A presença dos indígenas na pós-graduação enriquece o dialogo acadêmico, e com eles muitas coisas estão sendo visto de outra maneira (GIL).

**b) Obter conhecimento.** Para entender novos saberes e validas os seus próprios diante desses.

Nós só temos o nosso conhecimento e viemos para ter mais conhecimento e tornar o conhecimento indígena válido (MÁRIO).

A entrada de alunos indígenas nos PPGs é vista como vitória para os indígenas e o movimento de luta indígena. Obter novos saberes e poder embasar-se nessas novas teorias adquiridas, possibilita maior gama de conhecimento para a luta. Validar seus conhecimentos perante o homem branco, mostrando que sua ciência é tão qualificada quanto. Essa é uma das maiores propostas vistas nas respostas dos alunos. A escolha desses alunos, por fazer pós-graduação está ligada diretamente com seus desejos de melhoria para os povos indígenas e ganho de conhecimento para ter voz diante do homem branco e saber como lutar pelos seus direitos.

## **8.3. Ponto de vista dos alunos indígenas a respeito das teorias acadêmicas**

### **8.3.1. Opinião sobre as teorias acadêmicas aprendidas nos PPGs**

Quando perguntados sobre suas opiniões a respeito das teorias acadêmicas que tem aprendido nos PPGs:



UFAM

**a) Críticas ao etnocentrismo**, referindo-se ao fato da educação ser toda pautada em teorias de uma única cultura.

Olha, a nossa educação toda é pautada nesse conhecimento ocidental branco, etno eurocêntrico e a única que infelizmente a gente usa, porque é mais comprovado, a que mais tem provas, mais tem referências (JOSÉ).

**b) Conhecimento indígena e a coletividade**, a diferença das motivações para buscar o ensino superior, entre indígenas e não indígenas.

Os nossos conhecimentos não são voltados para exercer a profissão como tal, ou ganhar dinheiro com a profissão, é uma outra lógica, o que fundamenta da lógica de coletividade, se eu sou, digamos, o que lá vocês conhecem como Pajé, ele tá a serviço da coletividade do seu grupo ou do grupo maior (MÁRIO).

**c) Diferença da valorização do conhecimento indígena em relação ao conhecimento científico**, referindo-se ao fato que o conhecimento indígena não é levado em consideração e é tido como mito, sem base científica na universidade.

Por exemplo disciplina de matemática, ele não vê como que os indígenas mantem a matemática dentro da cultura, como que é a geografia, como que o indígena fala de geografia dentro da cultura, como que a história é contada dentro da cultura indígena (PEDRO).

Segundo Milhomem (2008), as propostas educacionais para os povos indígenas permitem a participação dos mesmos para a construção estratégias que valorize suas línguas, suas práticas culturais e seus lugares de pertencimento étnico. Porém, para que essas propostas educacionais sejam postas em pratica da forma que se intenciona, é necessário a valorização e abrigamento do conhecimento indígena. Perceber que a cultura diferenciada não minimiza o saber é um dos vários passos a ser dado. O indígena expressa sua sabedoria de forma diferente ou os não indígenas que a percebem assim?

Como já exposto antes, a dificuldade na tradução da linguagem é um ponto negativo de forte impacto para o real entendimento do saber indígena: “as distorções dos conhecimentos foram a partir da linguagem com os pesquisadores e seus informantes” (GIL).

O indígena tem um contexto de coletividade diferente do homem branco, onde tudo gira em torno do bem da tribo. Aplica-se isso ao fato que em sua maioria os alunos que egressão na universidade tem interesse de obter conhecimento para atuar na luta dos movimentos indígenas.



UFAM

### **8.3.2. Interação das terias acadêmicas com conhecimentos indígenas**

Sobre como as teorias interagem com os conhecimentos indígenas de sua etnia as categorias foram:

**a) Dificuldades de considerar o conhecimento indígena em vista do conhecimento branco**, já que o conhecimento indígena é mistificado.

Essas teorias têm muita dificuldade de considerar que o nosso conhecimento são tão ciência quanto ela (MÁRIO).

**b) Superiorização da ciência sobre os mitos, lendas e senso comum indígena**, onde a ciência branca assume papel de saber verdadeiro e desconsidera a ciência indígena.

Então, essa é a maior dificuldade, ela não é capaz de considerar que o outro, o indígena, o quilombola, tem conhecimentos próprios, conhecimentos específicos, conhecimentos tão valiosos quanto uma ciência, então ela sempre me olha como um indígena que pensa diferente, que não tem prova do que ele pensa e acaba considerando isso como mitos, como lenda, como conhecimento vulgar (JOSÉ).

**c) Possibilidade de utilização dos dois conhecimentos paralelamente**, referindo-se aos saberes do homem branco e do indígena.

Eu conheço tanto esse lado mais mítico mesmo como o lado do conhecimento científico mesmo. Mas eu não vejo assim complicações em trabalhar em paralelo com as duas (PEDRO).

O intuito da luta dos movimentos indígenas contra a marginalização que estes povos sofrem é para que esta seja cerceada e que estes possam gozar de sua própria expressão cultural, sem a necessidade de sentir vergonha de sua própria identidade. Assim como o direito a educação diferenciada, baseados nos processos de ensino, aprendizagem e produção, reprodução e distribuição de conhecimentos próprios dos indígenas, rompendo assim com o modelo de educação que estes recebiam dos missionários Salesianos (TASSINARI; GOBBI, 2008; LUCIANO, 2006).

No entanto, ao ingressar na universidade vê-se como esses direitos são insólitos, a mistificação dos seus saberes perante o conhecimento do não índio, a insensibilidade das universidades em proporcionar uma educação diferenciada também no ensino superior e a grande dificuldade em considerar o conhecimento indígena e abrir-se para uma experiência de novos saberes é latente.

É possível que haja uma interação de conhecimentos, um dos alunos usa como exemplo sua tese de doutorado, onde utiliza a linguagem indígena com a nomenclatura científica para identificar espécies, dessa forma faz uso das duas ciências. Partindo



contextualização de saberes, pode-se afirmar que existe a possibilidade de unir os dois conhecimentos e aprender com essa junção.

### **8.3.3. Opinião sobre a utilidade dos conhecimentos aprendidos nos PPGs**

Quando perguntados se consideram útil o que aprenderam e aprende na universidade as categorias foram:

**a) Instrumento para comparar ciências**, onde se pode aprender sobre outra ciência além da sua.

Não me arrependo de conhecer essa ciência, porque na medida que eu consigo entender, me sinto mais incitado, mas instigado a pensar sobre o meu conhecimento (JOSÉ).

**b) Empregabilidade pela titulação**, com o título de mestre/doutor, existe a possibilidade de um bom emprego.

Essa questão o doutorado muito mais pra você conseguir um cargo dentro de uma instituição ou pra desenvolver uma função que possa vim transformar (PEDRO).

**c) Reconhecimento pela comunidade científica**, referindo-se aos conhecimentos indígenas.

Além dessa questão monetária, financeira, é justamente ter uma identidade dentro da comunidade científica pra também expor a minha opinião e defender a causa indígena. Se você não tem uma identidade você não é ouvido, mas se você tem um título "ah ele é doutor", daí você tem um credito para ser ouvido né? (MÁRIO).

### **8.3.4. Como pretendem utilizar os conhecimentos aprendidos nos PPGs**

Em relação a forma que pretendem utilizar tais conhecimentos, as categorias são:

**a) Inovação na produção de conhecimento**, referindo-se a nova metodologia das teorias e técnicas de pesquisa no NEAI.

Nós estamos fazendo agora uma experiência muito inovadora, lançando mão da metodologia das teorias e das técnicas de pesquisa, nós estamos pensando sobre nossos conhecimentos, estamos promovendo uma reflexibilidade dos nossos conhecimentos a partir dessa lógica do molde da antropologia, então isso nos permite debater nosso conhecimento (JOSÉ).

**b) Sentimento de debito com a cultura indígena**, pretende-se fazer outro curso voltado para os valores e cultura indígena.

Eu tenho muita intenção de fazer um doutorado na área de antropologia, porque justamente é algo que eu sinto uma necessidade assim, quase como um dever meu enquanto acadêmico, aprofundar os conhecimentos dentro da área do conhecimento Baré, quase como um resgate mesmo (PEDRO).



UFAM

**c) Retribuição aos indígenas e não indígenas**, com a utilização da sua cultura e exposição no MUSA.

Na pratica eu utilizo mais na minha cultura, a partir das danças, benzimento, contos das estórias, passar esse conhecimento para os mais jovens e pra o outro lado, os não indígenas (MÁRIO).

O conhecimento adquirido na universidade é bem utilizado pelos alunos indígenas em seu cotidiano. Em todos os discursos pode-se encontrar a fala da necessidade do conhecimento da cultura do branco para a melhoria de sua própria comunidade, assim como a forma de utilizar esses conhecimentos – ligada ao interesse da comunidade indígena. O todo é valorizado e levado sempre em consideração. Também é visível a vontade de expor sua cultura e saber ao outro lado, o lado do homem branco, para que esse conheça o saber indígena, compreenda suas teorias e conhecimentos, com intuito da extinção do preconceito.

### **8.3.5. Opinião sobre incentivo da UFAM para permanência na universidade**

Quanto aos incentivos da UFAM para a permanência desses alunos no PPG, as categorias citadas foram:

**a) Bolsa.** Referindo-se ao repasse financeiro que a universidade dá ao aluno, de forma a contribuir com as suas despesas básicas durante o período de pós-graduação.

Nós temos pela pós-graduação, quase todos os pós-graduandos tem uma bolsa de estudo, o que tem incentivo para estudar é essa bolsa de estudo (JOSÉ).

**b) Insuficiência do valor**, referindo-se à insuficiência do valor de 1.675,00 para mestrandos e 2.457,00 para doutorandos pela FAPEAM e 1.500,00 para mestrandos e 2.200,00 para doutorandos, segundo a tabela de valores do CNPq.

Dependendo da situação familiar, muitos optam em retornar ao lugar de origem, ou começar a distribuir o currículo nas empresas, em busca do sustento, lamentavelmente presenciamos bastante este cenário (GIL).

Um dos alunos não pode receber a bolsa por trabalhar em uma secretaria. Outro não pode se dedicar apenas aos estudos, precisa trabalhar e diz que a motivação é o valor da bolsa ser baixo e não ter condições de sustentar a família. Em sua maioria, esses alunos tiveram que vir de outras cidades para fazer a pós-graduação aqui em Manaus, tendo que pagar aluguel para toda a família.





UFAM

### **8.3.6. Opinião sobre políticas afirmativas da UFAM (política de cotas)**

Ainda sobre os incentivos da UFAM para alunos indígenas, quando perguntados sobre as políticas de cotas da UFAM os discursos tomaram linhas diferenciadas, as categorias foram:

#### **a) Mero cumprimento de leis para minorias.** Referindo-se à implantação de cotas.

A UFAM só se abriu as portas agora, porque foi abrigada a abrir, a lei diz que ela tem que oferecer cotas, não é que ela quer, não é que ela dispõe, não é que a UFAM sempre levantou essa bandeira, então pra ela é simples assim: “ah, tem cotas pra vocês, pronto! (JOSÉ).

#### **b) Forma de valorização dos povos originários.** Quanto ao ingresso do indígena no ensino superior.

Uma forma de retratamento, digamos assim, de tudo que foi feito anteriormente, não como uma carta de desculpa, não é isso, eu não vejo por esse lado, mas muito mais como uma forma de valorizar quem realmente é daqui os povos que originaram, que formaram tudo isso aqui e essas políticas de acesso, de inclusão (PEDRO).

#### **c) Estereótipo pejorativo pelas cotas.** Tratando do preconceito contra os cotistas.

Por outro lado, tem essa questão, que se cria esse estereótipo de cotas e tudo mais, mas acredito que isso não é algo que vá atrapalhar ou que esteja em 100% das pessoas, acredito que seja uma pequena parcela que vai sempre olhar com outros olhos essas políticas (PEDRO).

#### **d) Conflito de interesses de indígenas e não indígenas.** Referindo-se as reivindicações dentro da UFAM.

Nós tivemos um pequeno conflito com a UFAM com as políticas afirmativas, ele tem outra... não tem essa linguagem (MÁRIO).

#### **e) Preconceito com indígena.** Sobre o preconceito cultural, preconceito com o saber indígena.

O preconceito existe dentro da questão educacional, na unidade educacional, aí cria esses impactos no conhecimento. Pra eles o lugar do indígena é no meio do mato (JOSÉ).

O acesso dos povos originários à educação superior vai além de apenas valorizar e repor a esses povos o que lhes foi roubado durante esses mais de 500 anos aqui no Brasil. Segundo o grupo de trabalho de políticas e ações afirmativas da UFAM, a universidade, mais do que elaborar formatos de estudo, precisa reconhecer que está diante de outras formas de conhecimento, igualmente relevantes, que merecem respeito e valorização e estabilização de um diálogo entre saberes e culturas. Mais do que formar



UFAM

opinião e saber, o dever da universidade é aquisição de conhecimento, sendo ele vindo de onde for.

O preconceito contra indígena é menos explorado que o preconceito contra negros, isso porque existe uma cultura de desmerecimento e interiorização do indígena que está enraizada há muito tempo. Essa cultura de preconceito prega que o índio não é competente intelectualmente, que tem menos capacidade de aprender e que sua cultura, saber e conhecimentos são inferiores e não passam de mitologia barata. Tornando o índio um ser menos humano que o homem branco.

As cotas dividem opiniões e consigo trazem um emblema pejorativo de facilitação, onde o aluno que usufrui da cota é visto como menos capaz que os que não utilizaram de cotas para ingressar na universidade. O movimento indígena, dentro da UFAM, já entrou em conflito com a direção em várias oportunidades. Eles denunciam uma gestão insensível as questões indígenas.

### **8.3.7. Opinião sobre tipos de incentivos para permanência nos PPGs**

Com relação a opinião dos alunos sobre o que é preciso para que os estudantes indígenas concluam com sucesso os estudos no PPG surgiu as categorias:

#### **a) Insensibilidade da gestão, em relação aos interesses indígenas.**

Como os gestores são insensíveis as nossas questões, nós temos que organizar, indígenas mesmo ou minorias, quilombolas, todos que estão no programa né? (JOSÉ).

#### **b) Organização das minorias para reivindicações, integração da comunidade negra, indígena e outras minorias.**

Nós temos que organizar, indígenas mesmo ou minorias, quilombolas, todos que estão no programa né? Precisamos juntar forças de cobrar essas políticas públicas dentro da UFAM, do contrário a gente não tem como vencer a máquina gestora (MÁRIO).

#### **c) Apoio financeiro e valorização da cultura indígena, através de reconhecimento da cultura.**

Eu acho que se tiver realmente um apoio, talvez, não só com bolsa, mas com valorização, assim como acontecem com os colegas que vem de outros países (PEDRO).

#### **d) Bolsa, referindo-se ao aumento do valor da bolsa de estudos dos alunos de mestrado e doutorado.**



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Uma bolsa de permanência de pesquisa pra ele continuar pesquisando (MÁRIO).

Mais apoio em todos níveis de apoio, de princípio financeiro, hospedagem, alimentação, transportes etc. (GIL).

**e) Incentivo à produção científica**, referindo-se ao incentivo a publicação dos artigos desses alunos, assim como publicação de livros.

Publicação dos trabalhos dos pós-graduados e também mostrar pra sociedade quem são os indígenas (JOSÉ).

O apoio financeiro com o aumento do valor da bolsa e a valorização da cultura indígena por meio de debates abertos na universidade voltados à cultura indígena, assim como já existe em relação a outras minorias e o incentivo à produção científica, foram apontados pelos alunos como uma necessidade para a formação dos alunos de pós-graduação. O núcleo de estudos da Amazônia indígena – NEAI, é o único dentro da UFAM com incentivos, tratando-se de publicações e incentivo de pesquisa, voltados diretamente para o aluno indígenas dentro da sua cultura e língua. O núcleo faz parte do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social e tem como foco principal a abordagem antropológica das concepções indígenas sobre os diferentes sentidos da relação natureza/cultura.

### 8.3.8. Opinião acerca do preparo da UFAM para receber indígenas

Com relação ao preparo das universidades para a inserção de alunos indígenas as categorias encontradas foram:

a) **Despreparo**. Afirmando que só no papel, tratando sobre as intenções de manobra de ações afirmativas da UFAM.

Não tem preparo. Tem muita coisa no papel, muita promessa, mas não tem preparo. Desde a língua, até o interesse de ouvir do nosso saber (JOSÉ).

Porque acho que até tem políticas sim, mas a questão de estar no papel e ir pra prática muda totalmente (PEDRO).

b) **Ações verticalizadas**. Quando as teorias que são empregas a esses alunos sem tentar ouvir suas opiniões.

Tudo enfiado de "goela a baixo" mesmo. Mas a gente precisa né? Daí tenta aprender como dá. (PEDRO)

c) **Conflito de interesse entre UFAM e indígenas**



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Se a gente deixar, ele não vai preparar uma casa pra nós, se a gente não chegar pressionando a pessoa, "nós queremos isso e isso", apresentar a demanda, ele não vai preparar um lugar pra gente sentar, porque quanto mais a gente pressiona, ele vai querendo afastar, parece que: "não, índio quer dominar", essa é a linguagem que ele fala hoje em dia (JOSÉ).

Uma inovação da universidade, os administradores remotos sempre privilegiaram aos poucos, e os indígenas sempre ficaram fora do sistema (GIL).

Segundo Doebber e Brito (2014), a presença indígena no ensino superior representou principalmente uma autorreflexão sobre o fazer da universidade, seu papel social e sobre suas práticas pedagógicas ainda homogêneas. O grupo de trabalhos da UFAM afirma que o acolhimento dos acadêmicos indígenas deveria considerar não apenas suas urgentes demandas materiais, mas também, e especialmente, suas visões de mundo, suas cosmologias e os desafios subjetivos que os jovens indígenas experimentam quando adentram instituições universitárias.

No entanto, muitas das reflexões e tomadas de decisão não passou do papel. Na UFAM pode-se encontrar termos de definições da educação superior indígena, em documento sobre política de ações afirmativas da Universidade Federal do Amazonas, que expressam o seguinte:

- A Política de Ações Afirmativas da UFAM constitui em instrumento de promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade étnico-racial e socioeconômica, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso ao ensino superior de graduação e pós-graduação, de estímulo à permanência e êxito no percurso formativo de membros de grupos sociais subrepresentados e discriminados por sua condição étnica, cultural e socioeconômica.
- Adoção de estratégias que garantam a produção de conhecimento, informações e subsídios, bem como condições técnicas, operacionais e financeiras para o desenvolvimento dos programas de ações afirmativas.
  - Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, das comunidades tradicionais e dos afrodescendentes, por meio de políticas específicas e diferenciadas e com tratamento diferenciado.
  - Estimular e promover a valorização das culturas indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das comunidades tradicionais.

O despreparo para o recebimento do aluno indígena, assim como sua permanência na universidade é parte do discurso de todos os estudantes. Todos eles afirmaram que as "promessas" da universidade não passam do papel, não existem no dia-a-dia dos alunos, assim como a falta de interesse na UFAM em ouvir e fazer melhorias significativas na vida acadêmica desses alunos.

Com relação ao programa de cotas, as normais de diretrizes afirmam:



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



- Garantir que 25% das vagas, por curso e turno na graduação seja para atendimento às determinações da Lei n. 12.711/2012, do Decreto Presidencial n. 7.824/2012 e da Portaria Normativa n. 18/2012.
- Garantir 25% das vagas, por programa de pós-graduação, aos candidatos indígenas, quilombolas, afrodescendentes e membros de comunidades tradicionais.

Já em 2014 não houve separação de 25% das vagas do programa de pós-graduação, como segue nas normais de diretrizes da UFAM.

### 9. Conclusões

Apesar de já ser integrada a lei de cotas e ter diretrizes poéticas sobre ações afirmativas, a UFAM não coloca em pratica nenhuma delas. É perceptível a total falta de preparo da universidade para o recebimento desses alunos. Não existe preparo para o repasse de conhecimento, muito menos para o crescimento intelectual adequado respeitando suas culturas e conhecimentos.

Os PPGs não possuem bancos de dados e alguns nem reconhecem os alunos indígenas que estudam em suas salas. Não fazem ideia de quantos são ou quem são. O atendimento é antiquado e desorganizado. A própria PROESP não tem dados atualizados dos indígenas da universidade, deixando isso nas mãos das secretarias de cada PPG. Mesmo os dados atualizados de cada PPG são inexistentes, os números de telefone estão todos desatualizados assim como os e-mails de contato. Por sua vez, as secretarias dos PPGs não têm horários fixos, tornando difícil o acesso e contato, em alguns casos obrigando mais de 3 tentativas e dias seguidos para conseguir uma resposta negativa sobre a existência de dados sobre alunos indígenas.

O único PPG que tem apoiado esses alunos, desde a obtenção e armazenamento de informações até o apoio ao uso da linguagem tradicional de cada aluno em suas teses, é o PPG Antologia Social. Os dados não estão apenas armazenados, mas atualizados. Sabem exatamente quem são seus alunos, quantos são e onde estudam.

O ingresso na UFAM é outro ponto crítico, não existe uma prova diferenciada para esses alunos, e quando me refiro a forma diferenciada de prova, não quero dizer facilitada. A prova para alunos indígenas deve ter uma autonomia característica, a prova de proficiência linguística deveria ser apenas para o português, em vista que esses alunos têm sua linguagem própria, é desigual, mesmo no sentido de cotas, que os alunos



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

indígenas precisem fazer uma prova com uma terceira linguagem, quando já tem como segunda língua o português.

Todos os alunos entrevistados são formados em cursos de licenciatura. Um dos intuitos para essa escolha é a vontade de contribuir para a educação em suas tribos, visto que muitos dos professores que hoje dão aula em escolas indígenas, não falam a língua da tribo, obrigando aos alunos a aprender em português, prejudicando o aprendizado. As traduções são diferentes e muitas vezes errôneas nessa educação de não indígenas para indígenas, tornando dificultoso o aprendizado desse aluno.

A escolha de ingressar no ensino superior está diretamente ligada à melhoria de vida, com a obtenção de um diploma que facilitara a conquista de uma carreira profissional e principalmente para ter voz diante do branco. Mas também é escolha em prol da mobilização do movimento indígena e do reconhecimento de seus direitos, reivindicação de terra, fortalecimento da cultura, valorização e proteção do patrimônio cultural e genético.

A desvalorização do conhecimento indígena diante da ciência do homem branco é algo presente em todos os discursos. O preconceito e mistificação do saber indígena, assim como a não aceitação desse saber como ciência é algo que aflige todos os participantes, que buscam uma manobra para autenticar seus conhecimentos.

Apesar de todos considerarem útil o que aprenderam na universidade (todas as teorias acadêmicas), não abrem mão de continuar com as convicções da cultura indígena. Afirmam que não houve mudanças no seu intelecto ou nas suas crenças com a obtenção do conhecimento branco, mas que foram capazes de conhecer o outro lado, de perceber como o homem branco vê o índio.

Os alunos afirmam que a introdução das cotas e outras ações afirmativas na UFAM, não foi pelos motivos certos, não foi um levante pelo movimento indígena, ou apoio ao crescimento desse movimento. Afirmam que a universidade foi obrigada juridicamente a incluir ações afirmativas e que não existe valorização alguma dos indígenas. Tais afirmações se baseiam nas diretrizes estabelecidas pela UFAM e que não estão sendo praticada, desde a utilização da linguagem até utilização de 25% das vagas – sendo que em 2014 não houve essa separação.

Outro ponto é o valor das bolsas. Muitos dos alunos precisam ter outras formas de ganho para conseguir sobreviver. O valor da bolsa é irrisório e, em sua totalidade, os alunos entrevistados não eram moradores da capital: tiveram que abandonar suas casas,



UFAM

seus trabalhos e vir para Manaus com suas famílias. Eles trabalham para ter mais renda e muitas vezes são impedidos de receber a bolsa justamente por ter um trabalho. As agências financiadoras não atentam para essas condições culturais dos indígenas e acabam desconsiderando suas diferenças e necessidades.

Apesar de existir uma política formal de ações afirmativas na UFAM, na prática revela-se total despreparo dos PPG e demonstra-se a invisibilização dos indígenas no contexto acadêmico. Em vista desses pontos, recomenda-se a atualização de contatos das secretarias de PPGs junto a PROPESP, assim como o levantamento de dados dos alunos indígenas em cada uma delas, sendo esse levantamento abrangente também a graduação, para possíveis novas pesquisas.

## 10. Referências

- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Cota racial e estado: abolição do racismo ou direitos de raça? *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 213-239, Apr. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010015742004000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742004000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18/12/15.
- BANIWA, G. Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia / Associação Brasileira de Antropologia. Vol.2, n.1, janeiro 2015. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2015.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v.30, n.60, p.55-75, 2010 Disponível em: <[Http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01020188201000020004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01020188201000020004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 16 ago. 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira)
- BRASIL, Ministério da educação e cultura. *Lei de Diretrizes e Base da educação* em: 18/08/2015.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Programa de Bolsa Permanência*, 2013 Disponível em:< <http://permanencia.mec.gov.br/>> Acessado em 02/09/2015
- BRASIL, Fundação nacional do índio. Legislação educação Indígena. 2015. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/index.php /leg-cidadania>>. Acessado em: 02/09/2015
- BRASIL, Palácio do planalto. Presidência da república. 2015. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)> Acessado em: 02/09/2015
- CALEGARE, M. G. A. Questões à Psicologia Social a partir de experiências em comunidades ribeirinhas amazônicas. In: LIMA, A. F. (Org). *Psicologia Social Crítica: paralaxes do contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2012. p.197-218.





UFAM

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



- CÂMARA, S. G. *Compromisso, participação, poder e fortalecimento comunitário: à procura de um lugar no mundo*. IN: DIMENSTEIN, M. *Psicologia social comunitária: aportes teóricos e metodológicos: GT Psicologia Comunitária / ANPPEP*. Natal, RN: EDUFRN, 2008.
- CASTRO, M. H. G. A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. *Revista Meta Avaliação*, Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em:  
<<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/51/30>>  
acessado em: 22/12/15
- DOEBBER .M.B & BRITO, P.O. Estudantes indígenas nas universidades públicas brasileiras: análise a partir das produções de dissertações e teses. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.
- ESTÁCIO, M. A. F. *Direito a Educação: O percurso histórico da educação escolar e superior indígenas no Amazonas*. V Encontro Anual ANDHEP – Direitos humanos, Democracia e Diversidade, UFPA, Bélem/PA, 2009.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T (orgs.). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- GOBBI, Izabel; TASSINARI, Antonella M.I. *Políticas públicas e educação para e sobre indígenas*. Apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, em Porto Seguro, Bahia, Brasil.
- IENSUE, Geziela. *Políticas de cotas raciais em universidades brasileiras: entre a legitimidade e a eficácia*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009. 295p.
- LUCIANO, G. S. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em:  
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf> >. Acesso em: 18 Mar. 2015.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). *Horiz. antropol.*, Porto Alegre , v. 11, n. 23, p. 181-214, June 2005 Available from<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010471832005000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832005000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09/01/16
- MARTIN-BARÓ, I. Para uma psicologia da libertação. In: GUZZO, R. S. L; LARCERDA JR. F. (org.). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação*. 2.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009. p.181-197.
- MELCHIOR, Marcelo N.; RODRIGUES, Alcidiane H.; JÚNIOR, Irineu G.; GONÇALVES, Marta R.; BERARDO, Rosa M. *Políticas públicas para a educação indígena na cidade de barra das garças MT*. Apresentado no IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, realizado entre os dias 26 e 29 de outubro de 2009 - PUCPR
- MILHOMEM, M. S. F. S. Educação Indígena: as dificuldades do currículo intercultural e bilíngue. *Revista Forum Identidades*, v.3, p.95-102, 2008.
- OECD, Organisation for Economic Co-operation and Development. Global ranking of education. 13 may 2015. Disponível em:< <http://www.oecdbetterlifeindex.org/topics/education/>> Acessado em: 16/08/2015

